

O ABORTO SOB O OLHAR DA RELIGIÃO: UM OBJETO À PROCURA DE AUTOR@S¹

*Maria José Fontelas ROSADO-NUNES**

RESUMO: O texto apresenta um balanço crítico dos estudos e pesquisas existentes sobre aborto e religiões no Brasil, entre 1976 e 2007. Ressalta os avanços e lacunas em relação à questão, incluindo os desafios metodológicos encontrados.

PALAVRAS-CHAVE: Aborto. Religião. Pesquisas. Balanço crítico.

A prática do aborto, apesar de amplamente disseminada entre as mulheres, é ainda fortemente invisibilizada em nosso país, dificultando a obtenção de dados precisos sobre ela. Na área acadêmica, as pesquisas são ainda em número insuficiente. Balanços críticos têm apontado essa deficiência, os últimos realizados datam de 2008, 2009 e 2010 (DINIZ, CORRÊA, 2008; BRASIL, 2009; MENEZES; AQUINO, 2009; DINIZ; MEDEIROS, 2010)². Em 2005, encontramos um levantamento crítico sobre as pesquisas realizadas no campo da sexualidade e dos direitos sexuais no país, que se refere à importância dos estudos sobre o aborto, quando se trata de saúde reprodutiva. De forma semelhante, Ana Paula Portella (2005, p.282 e p. 281) reconhece o avanço das formulações teóricas e críticas feministas “[...] sobre os direitos reprodutivos, sobre os direitos sexuais e, na confluência desses dois campos, também sobre o aborto.” A mesma autora, no entanto, afirma: “[...] É verdade que, comparado a outros temas do feminismo, o aborto parece não ter

¹ O presente texto, resultado parcial de pesquisa apoiada pelo CNPq, é uma versão revista de “Aborto e Religião: as pesquisas no Brasil”.

* Pesquisadora do CNPq. Fundadora e coordenadora da ONG feminista CDD-Br, Católicas pelo Direito de Decidir. PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de pós-graduação em Ciências da Religião. São Paulo – SP – Brasil. 05015-901 – mjrosado@uol.com.br

² Estes balanços não foram considerados para o presente trabalho.

sido ainda suficientemente investigado a partir de todos os focos que nos parecem necessários.” Reconhece-se, pois, a necessidade de mais investimento acadêmico sobre esse objeto. Há desafios e lacunas a serem preenchidas no nível analítico e discutidas em suas consequências para a ação política.

Esse relativo silêncio da reflexão acadêmica sobre o aborto correspondia ao silêncio social imposto às mulheres quanto à sua experiência. O aborto pode ser tomado, nesse sentido, como um indicador das relações de poder que atravessam os processos de elaboração do saber. A predominância dos homens na produção do conhecimento científico deixou de fora dessa produção temas e questões fundamentais para a população feminina. Sabemos que o processo de seleção do que merece ser pesquisado, a escolha dos objetos a serem submetidos ao crivo do método científico direciona e limita o que chegamos a saber. Londa Schienbinger (2001, p.292 e p.328) lembra que “[...]o gênero estrutura a ciência em diferentes níveis: às vezes no nível das teorias, às vezes em nomenclaturas ou taxonomias, às vezes em prioridades de pesquisa, às vezes nos objetos escolhidos para estudo.” Mais adiante, a autora afirma: “[...] é geralmente ao estabelecer prioridades sobre o que será e o que não será conhecido que o gênero tem um impacto sobre a ciência.” É nesse sentido que a escassez de pesquisas sobre o aborto¹ se torna reveladora da dinâmica social e, em especial, da dinâmica das relações de gênero.

Um campo de disputa conceitual e política

Considerando o aborto especificamente em suas inter-relações com as religiões, constata-se um quadro mais deficitário. Em pesquisa publicada em 1999, sobre os estudos de religião na área de Ciências Sociais, no Brasil, tomando os diretórios dos grupos de pesquisa do CNPq como fonte, ainda que **gênero e religião** figurem entre as sete grandes áreas de maior interesse de pesquisadoras/es, a temática aborto-e-religião não aparece entre os resultados apresentados (HERRERA, 1999). No entanto, se a bibliografia específica e totalmente dedicada ao binômio aborto e religião é quantitativamente pouco significativa, as referências à religião, e em especial à Igreja Católica, perpassam os mais variados textos sobre o tema, como pôde ser percebido na elaboração deste mapeamento. A questão da religião, em suas múltiplas e complexas interferências no que se pensa a respeito do aborto, como se o pratica e como o Estado atua nessa área, permeia as pesquisas que tratam dessa problemática, indicando sua difícil dissociação, especialmente em contextos como

¹ Analisando a área das Ciências Sociais, Danielle Ardaillon (2005), referindo-se aos anos 1990, queixava-se dessa escassez. Também Lucila Scavone (2004), refere-se à dificuldade de obtenção de dados sobre a realidade do aborto no país.

o do Brasil e da América Latina, em que prevalece um *ethos* religioso extremamente forte e uma presença política significativa das igrejas cristãs, em particular da Igreja Católica.

Podemos assim dizer que trabalhar o binômio aborto e religião coloca de imediato questões conceituais e políticas. Trata-se de uma articulação de temas por si problemática. Parece reproduzir-se no campo da produção do conhecimento a tensão política estabelecida entre o campo do feminismo e o das religiões, em particular, no caso do Ocidente, entre o ideário feminista e o catolicismo. O ideário católico sobre as mulheres continua a diferir radicalmente daquele das feministas e entra em conflito com suas reivindicações, invocando fundamentalmente seus direitos, relativos a todos os âmbitos de sua vida – privada e pública. Enquanto o feminismo construiu um novo campo de legalidades, incluindo a sexualidade e a reprodução entre os direitos humanos fundamentais das pessoas, especialmente das mulheres, no campo católico, e em parte do campo protestante e evangélico, as concepções tradicionais sobre sexo e sobre o agenciamento humano na reprodução devem-se à inscrição dessas áreas da vida humana na **natureza**, dada por Deus e imutável. Essas concepções religiosas opõem-se à construção feminista da reprodução como campo de direitos e de efetivação da cidadania. Buscando compreender as tensões entre o catolicismo e as lutas das mulheres por autonomia, Mary Segers (1996, p.604, tradução nossa) afirma que “[...] assim como o liberalismo desafiou a visão de mundo católica no século XIX e início do XX, o feminismo constitui certamente um grande desafio à cristandade católica no final do século XX.”²

O aborto revela-se, assim, não apenas como um tema de pesquisa, mas como um campo de disputas e uma arena de luta política.

Aborto e religião: mapeamento provisório

O mapeamento realizado, sem qualquer pretensão de ser exaustivo, buscou identificar pesquisas e estudos brasileiros que articulassem, seja na análise, seja pelos dados do campo empírico, o binômio aborto e religião. A tentativa inicial de referir também estudos desenvolvidos em outros países da América Latina acabou frustrada pelo constrangimento da autora de apresentar um panorama que não fizesse jus à produção existente, devido à impossibilidade de se realizar um mapeamento confiável, dados os limites do presente estudo.

² “Just as liberalism challenged the Catholic worldview in the nineteenth and early twentieth centuries, feminism is surely a major challenge to Catholic Christianity in the last quarter of the twentieth century.” (SEGRS, 1996, p.604).

Ainda que se trate de um levantamento exploratório, não exaustivo, os resultados permitem uma visão panorâmica do tratamento desse binômio no Brasil. Espera-se assim contribuir para a elaboração de um estado da questão, que deverá posteriormente ser completado e atualizado por outras pesquisas, para que se possa elaborar um quadro completo e abrangente do tratamento das pesquisas nesse campo temático. Objetiva-se abrir pistas para futuras investigações que desvendem de forma consistente as inter-relações existentes entre aborto e religiões em nosso país, mas também oferecendo elementos para um balanço das pesquisas existentes em outros países da América Latina.

Os resultados encontrados indicam recorrências temáticas, apontando áreas cobertas, lacunas existentes, religiões estudadas, direcionamento predominante nesses estudos, seja em termos dos campos disciplinares aos quais se referem, seja quanto ao ângulo de análise adotado.

Aspectos metodológicos do levantamento dos dados

Uma primeira decisão relativa aos parâmetros deste mapeamento foi sua delimitação cronológica. A proposta inicial previa a inclusão de pesquisas e estudos realizados no Brasil nos últimos cinco anos. Contudo, logo percebemos que essa periodização seria insuficiente para se traçar a evolução de tais estudos. Resolvemos então utilizar todos os dados que encontrássemos, uma vez que a produção significativa sobre o binômio aborto e religião data da década de 1990, apenas um trabalho tendo sido encontrado anteriormente.

O instrumento privilegiado de busca foi a internet. De início, foi utilizado o buscador *Google*, utilizando-se os seguintes descritores: aborto, interrupção da gravidez, direitos reprodutivos, sempre referidos aos termos religião, catolicismo, Igreja Católica. Desse buscador, partimos para outros *sites* de caráter estritamente acadêmico, como o Portal da Capes, CNPQ, ANPOCS e CEBRAP. Alguns outros *sites* foram locais de pesquisa por serem reconhecidos como espaços de produção feminista, podendo-se supor serem também fontes de dados adequadas para o mapeamento pretendido. Neste caso, encontram-se o Programa de Apoio a Projetos em Sexualidade e Saúde Reprodutiva (PROSARE) acessado pela página da Comissão de Cidadania e Reprodução; Fazendo Gênero, *site* que reúne estudos e pesquisas apresentadas em evento bianual, realizado na UFSC³; e o do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM).

³ Os endereços eletrônicos visitados encontram-se listados ao final das Referências.

Outra fonte à qual se recorreu para a elaboração do presente mapeamento foram obras de autoras/es reconhecidas/os nesse campo de pesquisa. Assim, além dos *sites* acima referidos, foi feita uma pesquisa consultando-se livros, capítulos de coletâneas e artigos que trabalham o tema em questão ou de alguma forma o referem, **bem como os textos indicados** nas listas de referências bibliográficas das obras consultadas. Os textos foram selecionados de forma mais ou menos aleatória, considerando-se, inclusive, o acesso às obras. Por essa razão, uma das fontes de pesquisa foi a biblioteca pessoal da autora deste texto e da ONG Católicas pelo Direito de Decidir.

Como acontece em todo trabalho deste tipo, foi necessário fazer algumas escolhas para a realização do presente mapeamento. Foram excluídos, por exemplo, textos de caráter filosófico ou teológico, com duas exceções apenas. Uma, de um texto da área de Teologia Moral, por ser resultado de uma das primeiras pesquisas realizadas no Brasil sobre o tema (ANJOS, 1976). Outro, da área bíblico-teológica, por se tratar de texto apresentado no seminário Fazendo Gênero, em 2006. A exclusão apontada acima se deve à escolha por privilegiar textos que, preferivelmente, resultassem de pesquisa empírica e conceitual na área das ciências humanas. Ao contrário, foram incluídos textos que, apesar de não contarem com aborto e religião como descritores ou palavras-chaves, faziam alguma referência à religião ao tratarem da questão do aborto. Nesse caso, de fato, uma seleção aleatória foi feita, pois seria impossível recolher todos os textos, uma vez que, em nosso país, a discussão sobre o aborto é praticamente indissociável da problemática religiosa.

É necessário, porém observar que, como acontece em pesquisas restritas, realizadas em função da elaboração de artigo específico, há um momento em que se define a finalização da busca, sem que isso signifique o esgotamento das possibilidades de encontrar outros resultados. Consequentemente, falhas poderão ser detectadas no presente mapeamento. Espera-se que balanços futuros, mais completos, sistemáticos e abrangentes, certamente supram essas lacunas.

Estudos localizados

As pesquisas e os estudos localizados são aqui apresentados por ordem cronológica, seguindo a forma como foram pesquisados, isto é, primeiro alguns resultados das buscas na internet e, depois, os da pesquisa bibliográfica.

Pesquisa virtual

No *site* da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), a busca foi realizada nos resumos de encontros anuais de 1998 a 2006 (anos que constavam no *site*), especialmente nos GTs: Família e Sociedade; Pessoa, Corpo e Saúde; Religião e Sociedade; Pessoa e Corpo: Novas Tecnologias Biológicas e Novas Configurações Ideológicas; Corpo, Biotecnologia e Saúde; Pessoa, Família e *Ethos* Religioso; Gênero na Contemporaneidade; Juventude: sexualidade, gênero e reprodução. No GT Família e Sociedade, de 1999, foi encontrada uma única pesquisa que se refere ao aborto: “Direitos reprodutivos, políticas de saúde e gênero”, de Lucila Scavone, mas não trata da interferência da religião. Nos demais GTs, o *site* não traz os resumos dos trabalhos apresentados e somente um deles tem religião em seu título: “Os novos contextos e os novos termos do debate contemporâneo sobre o aborto: entre as questões de gênero e os efeitos das narrativas biológicas, jurídicas e religiosas”, de Lia Zanotta Machado, 2005. Os outros são: em 1998, “E a carne se fez verbo: abortos como versões e como metáforas”, de Danielle Ardaillon; em 2006, “Práticas e concepções sobre o aborto em uma maternidade pública de Salvador”, de Ana Paula dos Reis, Cecilia Mccallum e Greice Menezes. Parece assim que, à exceção da pesquisa de Zanotta, que se refere à religião em seu título, nenhuma outra foi apresentada na ANPOCS relacionando diretamente aborto e religião.

No *site* do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), na área de População e Sociedade – linha de pesquisa em que se poderia melhor encontrar o binômio buscado – nada foi encontrado, nem pesquisas em andamento ou pesquisas concluídas. Também na biblioteca virtual que dá acesso aos artigos publicados na revista *Novos Estudos*, do CEBRAP, não há referência que inclua aborto, em geral, ou que o relacione à religião. O *site* do CEBRAP oferece o *link* para a Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR), fundada em 1991 e instalada desde então nesse Centro. Segundo a página de abertura da CCR, sua principal meta de trabalho é “a defesa do respeito à liberdade e à dignidade da população brasileira no campo da sexualidade, saúde e direitos reprodutivos”. A CCR desenvolve, desde 2003, um programa específico de apoio a pesquisas na área da sexualidade e da reprodução humana, o PROSARE de abrangência nacional, que fomenta projetos de organizações não-governamentais (ONGs) e de instituições de pesquisa e ensino. Entre 2003 e 2007, encontramos dez projetos que têm a religião como objeto. A descrição dos projetos não é acessível em todos eles; tomamos assim os títulos como indicadores. Em quatro desses projetos os termos aborto e religião aparecem no título; em outros três, direitos reprodutivos e religião; dois projetos incluem “valores religiosos” no título e um deles associa religião, ciência e mídia, indicando

como foco da análise “discursos e atores em disputa”. O caráter dos projetos é diversificado, indo da pesquisa de caráter acadêmico à pesquisa de opinião e a propostas de intervenção; referem-se às áreas jurídicas, médica, científica, à mídia e ao Parlamento.

Entre os grupos de pesquisa relacionados no *site* do CNPq, utilizando-se os descritores aborto e religião, nenhum grupo foi selecionado. Se tomarmos os termos direitos reprodutivos e religião, dois grupos são apresentados: Gênero, Religião e Política (GREPO/PUC/SP), na área de Sociologia; e o Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos e Políticas Públicas da UFRJ, em Serviço Social.

O Portal da CAPES indica, entre 1987 e 2006, 11 teses e dissertações em resposta aos termos de busca aborto e religião. Já com o termo direitos reprodutivos associado à religião aparecem três dissertações, enquanto associado à Igreja Católica, duas. Se utilizarmos os descritores aborto e catolicismo, o resultado é zero. Analisando palavras-chave e resumos disponíveis, apenas uma tese de doutorado, na área de História, pela USP, e uma de mestrado em Ciências Penais, pela Universidade Federal de Goiás, apresentam os termos religião e aborto. As outras apresentam o termo aborto em seus resumos, mas este não constitui foco da pesquisa. No entanto, deve-se observar que o Banco de Teses da CAPES não contempla o total de dissertações e teses defendidas no país. Sua abrangência é limitada, pois depende do envio dos dados pelas universidades e do tempo necessário para sua disponibilização no *site*.

Outro espaço de busca acessado foi o do evento bianual denominado FAZENDO GÊNERO. Trata-se de um espaço acadêmico de debate e troca interdisciplinar criado na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, em 1994. Dentre os sete encontros já realizados, dos três primeiros, realizados até 1998, não há informações disponíveis eletronicamente. Em 2000, o evento incorpora pesquisadoras estrangeiras e seu nome muda para ENCONTRO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO. E a partir de 2002 passa a ser denominado Seminário Internacional Interdisciplinar que, segundo o *site*, reúne “pesquisadoras e pesquisadores do Brasil e de universidades na América Latina, Estados Unidos e Europa com pesquisas e publicações no campo dos estudos de gênero e dos estudos feministas”.

No encontro de 2000, que corresponde ao 4º realizado, no GT Contracepção, Direitos Reprodutivos e Aborto há uma comunicação em cujo título e resumo aparece o binômio aborto e religião, de Myriam Santin (que veio a ser publicado: SANTIN, 2000). Outra comunicação, de Marlene Tamanini, trata de Igreja Católica e contracepção, não explicitando o aborto no título ou no *resumo* “*Representações e práticas sobre contracepção: as agentes de Pastoral da Saúde escutam a*

Igreja Católica?”. Nos dois encontros seguintes, de 2002 e de 2004, constam duas sessões sobre o tema gênero e religiosidade. Em 2002, há 61 comunicações listadas, mas não há ocorrência dos termos religião e aborto nos títulos; no encontro de 2004 também não há ocorrências nessa sessão. Na sessão Políticas e Direitos Reprodutivos (2002) há outra comunicação de Myriam Santin “Direitos sexuais, direitos reprodutivos: interesses em conflito”. Ainda que não se refira explicitamente ao aborto, o resumo fala em “concepções filosófico-religiosas”; pode-se supor que, em se tratando do Brasil, os interesses em conflito impliquem grupos religiosos que se posicionam contrários à prática do abortamento e à sua legalização. Em 2004, dentre as 45 sessões de comunicação, na sessão Gênero e Reprodução, a mesma pesquisadora, Myriam Santin, apresenta uma comunicação “*Defesa da vida: embate político, hierarquia católica e movimento feminista*”, porém não há acesso aos resumos.

Em 2006, no 7^o seminário, são propostos 58 seminários temáticos (ST). Entre eles, destaca-se o ST11 – Aborto: conquistas e desafios, em que constam 23 trabalhos; dentre os 11 eixos temáticos, um era “aspectos religiosos do aborto”. Desse total, um trabalho, acima mencionado, tem seu foco diretamente sobre a questão religiosa, tratando-a em perspectiva bíblico-teológica: *Errâncias e itinerários da sexualidade, dos direitos reprodutivos e do aborto: abordagens bíblico-teológicas*, de autoria da teóloga Elaine Neuenfeldt; 12 trabalhos se referem, seja à Igreja Católica, sejam a discursos e concepções religiosas. Desses, um é de uma pesquisadora chilena e dois de pesquisadoras argentinas. Um dos resumos fala de forças contrárias e outro, de tradições culturais, não se tendo, porém, nesses dois casos, acesso aos textos completos.

Ainda no Fazendo Gênero 2006, dois seminários temáticos tinham como tema gênero e religião. Nesses, uma pesquisa – de Rosângela Talib (“Um (im)possível diálogo entre a moral da Igreja Católica Apostólica Romana e a posição ética dos profissionais que atuam nos serviços de aborto legal”) –, embora tendo seu resumo publicado, não foi apresentada por encontrar-se à época em fase de elaboração, segundo informação oral da própria autora. Outro ST “Gênero, religião e poder” não contou com propostas sobre a temática em questão.

Pesquisa bibliográfica

A pesquisa de material impresso, como já aludido, não teve qualquer pretensão de exaustividade: foram arrolados livros, coletâneas, capítulos de livros e artigos, selecionados segundo o critério da abordagem do binômio religião e aborto. O resultado, seguindo esse critério, é bastante reduzido. De 1976 encontra-se a obra

já referida, *Argumento moral e aborto*, de Márcio dos Anjos. O livro é resultado de uma dissertação de mestrado defendida na Universidade Gregoriana de Roma e trata da argumentação católica em torno da problemática do aborto, tomando como base o chamado “magistério da Igreja”, isto é, textos e documentos emanados de autoridades eclesiásticas. Contempla também outras propostas argumentativas no campo da moral.

Na década de 1980, apenas duas referências foram encontradas, tratando especificamente dessa unidade temática: o livro de Maria Teresa Verardo (1987), *Aborto: um direito ou um crime?* que, em um dos capítulos, aborda o tratamento do aborto por algumas religiões; e um artigo de Rose Marie Muraro (1989), que situa a problemática no contexto da América Latina, percorre historicamente o pensamento cristão a respeito do aborto e termina sugerindo mudanças na Igreja Católica que levem em conta as necessidades reais das mulheres.

No início dos anos 1990, Maria José Rosado-Nunes, em pesquisa de caráter sociológico, investigou corpos argumentativos católicos sobre o aborto: aquele oficial presente nos documentos da Igreja e o contra-discurso, oriundo igualmente do campo católico, mas que afirma a validade ética da decisão pelo aborto. Explícita, assim, as contradições existentes no interior do campo católico em torno da manutenção da condenação absoluta do ato abortivo e sua justificativa. Uma versão reduzida de relatório dessa investigação aparece no texto em coautoria com Regina Jurkewicz⁴.

Em 1994, em coletânea da Fundação Carlos Chagas, Lúcia Ribeiro publica um artigo resultante de pesquisa realizada com mulheres de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, de Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro, salientando, no discurso dessas mulheres, a ambiguidade da condenação associada à atitude de **compreensão e flexibilidade**. O direito de escolha individual, que aparece referido à esterilização, não é parte dos argumentos das entrevistadas, para o caso do aborto. Na mesma coletânea, o capítulo de Maria José Rosado-Nunes investiga concepções e práticas contraceptivas de líderes de CEBs da periferia de São Paulo, valendo-se de entrevistas associadas à observação de campo. Mesmo reticentes em relação ao aborto, tratando-se de práticas contraceptivas, essas mulheres distanciam-se dos argumentos devedores do *ethos* cristão e aproximam-se do ideário feminista, afirmando o direito à autonomia individual.

As práticas reprodutivas de mulheres católicas voltam a ser objeto de pesquisa de Lúcia Ribeiro, em coautoria com Solange Luçan: *Entre (in)certezas e contradições: práticas reprodutivas entre mulheres das Comunidades Eclesiais de*

⁴ Vide Rosado-Nunes e Jurkewicz (1999).

*Base da Igreja Católica*⁵. Ainda no campo católico, a mesma pesquisadora, em um dos capítulos de *Sexualidade e reprodução* (RIBEIRO, 2001), expõe resultados de pesquisa realizada na Baixada Fluminense, desta vez para recolher o discurso e a prática pastoral de padres católicos em relação ao aborto. Segundo a pesquisadora, confrontados com a realidade, os padres consideram o aborto “um mal inevitável” e, embora o condenem, procuram compreender as mulheres que o praticam, reportando-se às condições de pobreza em que vivem. Assim, a autora reconhece uma diversidade de soluções pastorais diante da realidade das mulheres que buscam os padres por haverem abortado.

A opinião dos evangélicos sobre o aborto, de Cecília Mariz (1998), muda o foco do campo católico. Publicada na coletânea *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política* (FERNANDES et al., 1998), a investigação é parte de ampla pesquisa realizada na região metropolitana do Rio de Janeiro pelo ISER – Instituto de Estudos da Religião – em 1994. Com base em 1.332 questionários aplicados a uma amostra representativa de evangélicos de denominações diversas – históricos e pentecostais –, Cecília Mariz analisa opiniões e práticas de mulheres em relação ao aborto, assim como opiniões de pastores. Os dados coletados levam-na a concluir que, embora uma maioria das pessoas evangélicas entrevistadas aceite o aborto em casos especiais, de modo geral sua posição é contrária a essa prática. Para a pesquisadora, a variável religião talvez não seja a mais importante para explicar essa posição, uma vez que as pessoas criadas nessa religião são mais tolerantes do que as que foram socializadas em outra religião e migraram – converteram-se – mais tarde. Sua hipótese é de que outros fatores, além da adesão religiosa, interferem para explicar a atitude em relação ao aborto entre as camadas mais pobres, como o nível de instrução e renda, o desconhecimento da legislação e a excessiva valorização da maternidade.

Maria das Dores Machado (1997b) pesquisou fiéis de duas igrejas pentecostais: Assembleia de Deus (AD) e Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). As entrevistas realizadas e a análise da atuação da bancada evangélica no Congresso Nacional indicam que tanto na AD quanto na IURD, embora genericamente contrários à prática abortiva, as lideranças acabam por ter posições flexibilizadas em relação a casos considerados específicos, enquanto as e os fiéis reconhecem sua necessidade nas situações de risco para a vida da mulher e, em menor número, em caso de estupro e de “doenças transmissíveis que podem afetar o feto”. Mas a condenação é unânime quando a razão apresentada decorre de questões financeiras ou emocionais. A mesma autora (MACHADO, 1996, 1997a) havia comparado o comportamento reprodutivo entre fiéis católicos da Renovação

⁵ Vide Ribeiro e Luçan (1997).

Carismática e pentecostais, mulheres e homens, focalizando a contracepção e o aborto. Segundo seus dados, a justificativa para a realização do aborto decorre da situação financeira precária. Tanto pastores quanto padres e fiéis condenam esse recurso, ainda que as fiéis a ele recorram, tanto entre as católicas quanto entre as pentecostais. Mesmo dentro desse contínuo de condenação, porém, a autora reconhece maior abertura e sintonia com o movimento da sociedade no grupo pentecostal e do protestantismo histórico. Há nesses casos respeito às normas legais que permitem a interrupção da gravidez e mesmo defesa pública de sua descriminalização por um pastor da IURD e por uma pastora luterana (MACHADO, 1997a). Já no caso católico, a condenação é total; há tentativa de interferência na legislação vigente no sentido de torná-la *mais* restritiva. Apenas um grupo católico – Católicas pelo Direito de Decidir – é citado como a favor da legalização do aborto.

No campo do protestantismo, encontramos ainda a tese de doutorado de Célia Rocha (1997), em Antropologia Social. Embora não seja o objeto mesmo da tese, o aborto é tratado em um capítulo em que a autora busca diferenciar as posições de teólogas católicas e protestantes sobre o tema em questão.

Raras são as pesquisas que analisam o comportamento de pessoas de outras religiões, além do campo cristão. Na segunda parte de seu livro os médicos Anibal Faúndes e José Barzelatto (2004) buscam identificar a influência de valores religiosos sobre o comportamento das pessoas em relação ao aborto e também sobre as legislações de diversos países. Abordam as seguintes religiões: catolicismo, protestantismo, judaísmo, islamismo, hinduísmo, budismo, confucionismo e taoísmo. Outra pesquisa, feita por um grupo liderado por Faúndes, examina a influência da religiosidade na atuação de obstetras e ginecologistas. Numa população de mais de 3.000 entrevistados, os médicos declararam ser católicos, protestantes, evangélicos, ou espíritas; nenhum se referiu a outras religiões. Em sua conclusão, os autores referem o desconforto desses profissionais frente ao aborto, “que representa um grande potencial de conflito interno, gerado pelo conjunto de valores que constitui [sua] visão de mundo, principalmente os valores religiosos” (tivemos acesso apenas ao resumo dessa pesquisa, publicado em FAÚNDES et al., 2006).

Uma outra pesquisa que aborda a área médica, porém do ponto de vista histórico, é a de Luiz Vailati (2005). No capítulo 6 de sua tese, “O discurso médico”, o autor trata das representações sobre a morte infantil no Brasil, incluindo aí a problemática do aborto. Trabalha a oposição entre uma concepção secular e outra religiosa da morte infantil e, conseqüentemente, as divergências e aproximações entre o discurso médico e as posições da Igreja Católica em relação à prioridade da vida da gestante ou do feto. Vailati nota que motivações espirituais e seculares

estão presentes em ambas as argumentações. Percorre os diferentes discursos produzidos em torno da humanidade ou não do feto, da necessidade de sua salvação espiritual, do direito da gestante, fazendo emergir os cenários que tornam possíveis tais discursos⁶.

Os discursos religiosos sobre o aborto são examinados por Cristiani da Silva e colaboradoras (2003) tendo a Igreja Católica e discursos dissonantes da hierarquia como seu foco, em capítulo intitulado “*A prática do aborto sob falas autorizadas: seus usos e abusos na mídia impressa brasileira*”. A mídia é enfocada, também, em dois artigos que se referem à Igreja Católica e constam da coletânea “Saúde reprodutiva na esfera pública e política” (OLIVEIRA; ROCHA, M., 2001). Um, de autoria da argentina Claudia Laudano (2001), salienta em vários momentos do texto a intervenção da Igreja Católica, concluindo pela consolidação da presença de setores católicos contrários ao direito do recurso ao aborto, assim como das organizações de mulheres favoráveis a esse direito. O outro se intitula “Aborto na imprensa brasileira” (MELO, 2001) e apresenta resultados parciais de pesquisa desenvolvida em 1995 sobre matérias publicadas em quatro jornais brasileiros, em relação ao tema do aborto; a autora identifica a referência constante da mídia à hierarquia da Igreja Católica, mas salienta também a presença de “novos protagonistas”, entre os quais Católicas pelo Direito de Decidir, que se consolidam como presença na mídia, contrapondo-se no debate ético-religioso ao discurso oficial da Igreja, colocando-se no campo do feminismo.

Maria das Dores Machado (2000, p. 200), por sua vez, pesquisou *O tema do aborto na mídia pentecostal* entre 1996 e 1997, enfocando a Assembleia de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus, para “verificar a participação desse segmento religioso no debate sobre o aborto”. A conclusão reitera a posição mais liberal de líderes pentecostais e neo-pentecostais em relação ao aborto, ainda que em meio a contradições e dificuldades. Há pouca discussão interna sobre o tema nas igrejas e desconhecimento dessa posição flexibilizada da liderança por parte de fiéis. O fortalecimento das posições liberais no pentecostalismo dependeria, em parte, do embate com a Igreja Católica.

A interferência católica no Congresso Nacional é objeto de pesquisas específicas, como a já referida, de Myriam Santin (2000), em que a autora analisou a tramitação de um projeto de lei (PL 20/91) que visava regulamentar os casos do chamado “aborto legal”, tendo como foco as formas pelas quais a Igreja tentou intervir em sua tramitação e os argumentos utilizados em seu discurso para esse fim. Essa questão foi posteriormente enfocada em sua tese de doutorado que, em relação ao aborto, deteve-se ainda na Proposta de Emenda Constitucional

⁶ Agradeço ao prof. Dr. Fernando Torres Londoño essa referência.

(PEC2595) sobre a proibição do aborto na própria Constituição do país (SANTIN, 2005).

Também Maria Isabel Baltar da Rocha, em suas pesquisas de seguimento dos debates acerca do aborto no Congresso Nacional desde os anos 1940, trata das formas de atuação do *lobby* católico e da própria hierarquia eclesiástica, com o objetivo de influir na tramitação dos projetos de lei (ROCHA, M., 1996; ROCHA, M.; ANDALAFT NETO, 2003).

Ainda no campo da política, Vera Kalsing (2002), em texto derivado de sua dissertação de mestrado, discute os argumentos religiosos oriundos dos campos protestante e católico, assim como de feministas, utilizados nos debates relativos a projeto de lei sobre o aborto legal, no parlamento gaúcho. Sua compreensão é de que há uma disputa pelo “monopólio da verdade”, em que acaba prevalecendo a visão religiosa.

A coletânea *Sexualidade, família e ethos religioso* (HEILBORN et al., 2005) recolhe reflexões e análises do seminário de mesmo nome realizado no Rio de Janeiro em 2004 sobre relações familiares, sexualidade e religião. A reprodução é contemplada em seus vínculos com a religião em dois capítulos. Luís Fernando Duarte (2005) propõe uma abordagem complexa das formas como as religiões, em especial a católica, interferem nas decisões reprodutivas. O autor trabalha “*o religioso*” como “*visão de mundo*” estruturante. Desenvolve a hipótese segundo a qual a “vivência geral” pode sobrepor-se ao conteúdo doutrinário de diferentes denominações religiosas, na determinação das escolhas contraceptivas e/ou reprodutivas. Outro capítulo, de Márcia Couto (2005), trabalha dados parciais de pesquisa empírica mais ampla, coletados em bairro da periferia do Recife, realizada entre 1999 e 2000. Busca compreender os efeitos da conversão religiosa sobre a sexualidade e a vida reprodutiva de famílias que vivem em arranjos plurais em termos religiosos. Na mesma linha de Luís Fernando Duarte, a autora conclui pela conjugação de elementos de autonomia de escolha e pertencimento religioso. Em relação ao aborto, a pesquisa corrobora dados anteriores sobre a forte influência do ideário religioso na manutenção de sua condenação. O aborto inscreve-se, ao mesmo tempo, no âmbito das práticas criminosas e no âmbito de uma moralidade religiosa que o condena. No entanto, não se coloca a concepção da prática abortiva como pecaminosa.

Em outro texto, de 2006, o mesmo Luiz Fernando Duarte desenvolve, para uma questão mais ampla do que o aborto – família e sexualidade –, a hipótese segundo a qual se deveria inverter a equação: em vez de “Dize-me a tua religião e dir-te-ei o que pensas sobre o aborto”, seria “Dize-me o que pensas sobre o aborto e te direi a que religião te filiaste”.

Para Duarte, as concepções sobre a vida e a natureza definiriam as posições favoráveis ou contrárias ao acesso legal ao aborto. Invocando pesquisas sobre diferentes filiações religiosas, o autor propõe que a ênfase no subjetivismo levaria à afirmação da autonomia das mulheres a respeito de seu corpo, enquanto o respeito genérico à vida ou à natureza induziria a uma atitude de resistência ao aborto.

Considerações finais: recorrências, lacunas e desafios

Dentre as pesquisas encontradas e a bibliografia percorrida, a problemática religiosa está presente em um número significativo como um tema inescapável dado a forma como o elemento religioso impregna o *ethos* cultural da região e do país. Considerou-se para o presente balanço tanto estudos que têm o binômio aborto e religião como objeto central de pesquisa, em menor número, quanto aqueles que abordam a questão religiosa, sem tê-la como seu eixo principal. Em grande parte dos casos, aborto e religião aparecem associados em um capítulo, ou em parte de textos sobre sexualidade e reprodução. Para a maioria das pesquisas, a religião privilegiada é o catolicismo. O protestantismo é tratado pelo ângulo das igrejas pentecostais. As denominações históricas não constituem objeto de pesquisa, senão em alguns poucos casos. Religiões como o espiritismo, judaísmo e o islamismo, o candomblé, a umbanda, mesmo sendo significativas no cenário religioso brasileiro, não são objeto de pesquisas específicas. Algumas delas aparecem referidas, porém em geral de forma bastante marginal, rápida e fragmentada. A exceção talvez seja o livro organizado por Giumbelli (2005), *Religião e sexualidade*, que mostra como diferentes religiões lidam com o tema da sexualidade na sociedade contemporânea e como importantes bandeiras da luta pelos direitos sexuais, como a união civil entre pessoas do mesmo sexo e o direito ao aborto são contempladas por certas crenças religiosas.

A predominância das pesquisas envolvendo o catolicismo é explicável por razões várias, de caráter histórico e político. Essa religião foi hegemônica por quase 400 anos, sendo religião oficial do Estado até o final do século XIX, quando, com a República, instituiu-se o Estado laico no Brasil. Assim, ao poder político da Igreja Católica, que se mantém, mesmo após a separação oficial Igreja-Estado, corresponde a formação de uma cultura impregnada de valores do cristianismo. O tratamento da sexualidade e da capacidade humana reprodutiva mantém-se na Igreja Católica como uma área de confronto com propostas liberalizantes, que tratam essas questões no registro do direito e da realização da liberdade individual, no âmbito da vida privada. A manutenção da condenação do aborto pelo catolicismo, em qualquer circunstância, abre um imenso campo de transgressão para as mulheres, mas também

de culpabilidade e de impossibilidade de pensar o recurso a esse procedimento sob outro registro que não o da moralidade religiosa.

Quanto ao ângulo de abordagem, o predomínio é das Ciências Humanas, em especial das Ciências Sociais, incluindo Sociologia, Antropologia e Sociologia da Religião. Existem também estudos e pesquisas em outras áreas, como Direito, Ciências Biológicas, Genética, que não foram consideradas neste mapeamento.

Tematicamente, as pesquisas encontradas apresentam caráter bastante diversificado. O mesmo objeto abre um campo de possibilidades muito variado: incidência política das religiões sobre as legislações; grau de influência religiosa na orientação do comportamento individual em relação ao aborto; elementos constitutivos dos discursos religiosos sobre a questão; práticas cotidianas de agentes religiosos junto a fiéis em torno da decisão e/ou da prática do abortamento; semelhanças e diferenças entre as religiões dominantes – catolicismo e as denominações pentecostais, no campo protestante – em seus posicionamentos frente ao aborto; estudos históricos do tratamento do aborto no cristianismo. Estes são alguns dos temas que aparecem na bibliografia encontrada, seja em pesquisas específicas, seja como parte de estudos que, de alguma forma, abordam as relações complexas entre aborto e religião. É interessante notar, porém, como o acirramento da disputa pública em torno do aborto, nos últimos anos, acabou por trazer à cena um tema novo no país: a questão da laicidade do Estado e da legitimidade da ação pública de grupos religiosos, em contextos democráticos e secularizados. Nos debates, como nas publicações, as liberdades laicas, os direitos de cidadania, a histórica separação Igreja-Estado são invocados como garantia do direito de acesso ao aborto legal e seguro. Coloca-se assim uma pauta de pesquisa e de reivindicação política⁷. É verdade que a reflexão feminista já se voltara para a discussão sobre o aborto, no campo da realização das liberdades democráticas, da cidadania e dos direitos⁸. É a essas proposições a que vem juntar-se a afirmação da laicidade do Estado como condição de efetivação da democracia.

Na maioria dos textos encontrados, tanto a autoria quanto a população privilegiada nas pesquisas é de mulheres. Pode-se pensar que tal predominância se deve ao fato de serem elas a recorrerem ao abortamento, à forte incidência do discurso religioso sobre a população feminina, à facilidade maior de acesso às mulheres para se recolher os dados, à dificuldade de se tratar temas da vida reprodutiva com os homens, entre outros fatores. No entanto, outros objetos, tão “particulares” quanto esse, não recebem o mesmo tratamento. Essa constatação indica a necessidade do aprofundamento das dinâmicas de gênero presentes na

⁷ Confira, entre outros, Carla Batista e Mônica Maia (2006), Roberto A. Lorea (2008).

⁸ Especialmente, Maria Betânia Ávila (2005) e Leila L. Barsted (2005).

situação do aborto, inclusive por meio de pesquisas que envolvam comparativamente a população masculina e feminina⁹. Alguns dos textos localizados neste mapeamento, no entanto, ainda que em número reduzido, têm pesquisadores como seus autores. Encontramos também, pesquisas que têm homens como sua população, seja fiéis – como nas pesquisas de Maria das Dores Machado – seja médicos, como na pesquisa de Anibal Faúndes e colaboradores, ou padres católicos, como no caso de Lúcia Ribeiro.

Pode-se notar que a discussão acadêmica desse tema no Brasil é bem recente. Embora a polêmica em torno do aborto seja antiga, sua abordagem pela via da pesquisa acadêmica somente apresenta produção significativa nas duas últimas décadas. Com relação ao local onde as pesquisas foram realizadas, a região Sudeste continua sendo predominante. No entanto, um olhar mais acurado sobre pesquisas apresentadas nos seminários Fazendo Gênero, por exemplo, aponta para uma tendência à diversificação das pesquisas em termos geográficos, nos últimos anos.

Ainda que pesquisas indiquem que é menos a religião e mais o nível educacional, i.e., o grau de instrução, o definidor da posição favorável ou contrária ao direito ao aborto, dados de *surveys*, pesquisas de opinião pública e outros indicam ainda uma forte influência da adesão religiosa sobre o comportamento e sobre o discurso relativo ao aborto. A complexidade dessa problemática permite aproximações instigantes, como aquela que revisita as relações entre decisões relativas a aspectos considerados da vida privada, a partir da análise de concepções e comportamentos relativos à reprodução, adesão religiosa e *ethos* moderno. O conjunto de pesquisas e textos encontrados permite ainda perceber tentativas de oferecer explicações para as inter-relações estabelecidas entre o pensamento sobre o aborto, sua prática e as crenças e doutrinas religiosas; e, ainda, de explicitar a dinâmica das instituições religiosas em contextos modernos secularizados, apontando áreas cristalizadas e transformações em curso.

Nesse sentido, um desafio colocado para esse campo de pesquisas é a possibilidade de se construírem séries históricas que permitam acompanhar evoluções e mudanças, no nível, por exemplo, das estratégias argumentativas dos campos favoráveis e contrários ao direito de escolha, como também no nível da ação política, no Estado como na sociedade civil, considerando-se especialmente o movimento feminista e os grupos religiosos **dissidentes**. Nessa linha de uma

⁹ Martha Ramírez-Gálvez (2005) chama a atenção para essa questão: a configuração desse campo como essencialmente feminino pode ter levado à limitação do entendimento da participação masculina, excluindo-a do debate, aspecto que particularmente considero fundamental rever, quando se trata de promover relações mais equitativas de modo a superar a assimetria social, que atribui às mulheres os custos e as responsabilidades da reprodução.

continuidade temática que permita tal construção, encontramos estudos como os realizados por Maria Isabel Baltar da Rocha e por Myriam Santin, que acompanham as iniciativas em relação ao aborto no Congresso Nacional, incluindo aquelas provenientes de parlamentares vinculados a grupos religiosos.

O acúmulo do conhecimento na área, de forma a se identificar a constituição de um campo organizado nitidamente focado, exige ainda o aprofundamento qualitativo e quantitativo de dossiês que não apenas forneçam um número significativo de dados empíricos, mas que permitam a elaboração de hipóteses explicativas. Uma série de dados, colhidos em momentos e espaços diferentes, com populações específicas, e de caráter comparativo, possibilitariam detectar a manutenção, o aumento ou a diminuição do grau de influência e os efeitos de filiações religiosas distintas sobre práticas e discursos relativos ao aborto. A continuidade e ampliação de pesquisas comparativas como as de Maria das Dores Machado é, nesse sentido, fundamental à ampliação do saber sobre as relações entre práticas abortivas, concepções sobre o aborto e religiões.

Finalmente, com base no levantamento aqui feito, pode-se dizer que o binômio aborto-religião apresenta-se como um objeto instigante para a pesquisa, ainda com lacunas a serem cobertas. Além do que foi apontado antes, pode-se lembrar da necessidade de pesquisas que abordem a ação, organização interna, discurso público, estratégias políticas e argumentação de grupos e movimentos religiosos contrários à legalização do aborto. Também não foram registrados estudos cujo direcionamento político-ideológico indicasse tal posição. Essa ausência pode ser atribuída aos limites do presente trabalho. Mas pode-se notar, também, que a estratégia política de intervenção pública de grupos e pessoas opostos ao direito de escolha, no caso do aborto, aponta para o investimento fora do campo da religião. As áreas da Medicina, da Bioética, da Genética têm sido privilegiadas por esses grupos, que negam estar discutindo ou apresentando ideias oriundas de doutrinas religiosas, ou de suas posições pessoais nesse campo, como bem mostra Juan Marco Vaggione (2005).

Em outro nível, o binômio temático aborto-religião oferece um campo provocativo de reflexão sobre as chances de se repensarem questões como a objetividade e as relações sujeito-objeto nas pesquisas. Dada a inserção desse objeto num campo polêmico de decisões individuais e de investimento estatal, sobre o qual se fazem e refazem julgamentos de ordem moral, não há como não reconhecer a **contaminação** do objeto. É possível, em praticamente todos os casos, identificar a posição pessoal do/a pesquisador/a. É evidente que isso não se verifica apenas no caso deste objeto. Porém, com o aborto, uma vez que há posições extremas quanto à sua inscrição no campo da efetivação das liberdades individuais, da cidadania e dos direitos, contra aquelas que o situam no campo criminal, como um ato homicida, e

no campo religioso e moral como **pecado**, esse envolvimento do/a pesquisador/a é mais imediato. Assim, a construção do objeto aborto aparece carregado política e ideologicamente.

Em termos metodológicos, talvez nenhum outro objeto de investigação seja tão adequado quanto este para tratar o problema complexo da articulação entre militância e academia, entre teoria, pesquisa e intervenção política, questão cara, de maneira especial, ao feminismo (TERRAGNI, 2005; CORREA; VIANA, 2007). Se não cabe aqui uma incursão pelas bases epistemológicas da perspectiva feminista, vale ao menos lembrar as repercussões políticas dos estudos sobre o aborto. Entre **pesquisar e militar**, no trânsito entre teoria e política, o aborto aparece como um campo de disputa (DINIZ; BUGLIONE; RIOS, 2006). O que, afinal, está em questão são os nossos corpos, os corpos das mulheres e sua capacidade de fazer novos seres humanos. Se por um lado, tornam-se explícitos o controle e a submissão que incidem nas situações do aborto ilegal, por outro lado explicitam-se também as formas da rebeldia feminina, expressa na desobediência às normas tanto religiosas quanto civis.

Aborto-e-religião constitui um campo de investigação aberto, como **um objeto à procura de autoras/es**. Há toda uma realidade a ser conhecida; contextos empíricos a serem trabalhados e direcionamentos analíticos a serem explicitados, interrogados e propostos. O presente texto não pretendeu, de forma alguma, esgotar a discussão, mas, ao contrário, provocá-la, esperando que as lacunas e equívocos se tornem objeto de novas reflexões.

ABORTION FROM THE RELIGIOUS PERSPECTIVE: A SUBJECT MATTER IN SEARCH OF AUTHORS

ABSTRACT: *Our text presents a critical review of researches on abortion and religion in Brazil (1976-2007). Advances and omissions are emphasized, including methodological challenges related to this subject matter.*

KEYWORDS: *Abortion. Religion. Researches. Critical review.*

Referências

ANJOS, M. F. **Argumento moral e aborto:** da argumentação sobre a moralidade do aborto ao modo justo de se argumentar em Teologia Moral. São Paulo: Loyola, 1976.

ARDAILLON, D. O aborto nas pesquisas das Ciências Sociais: objeto ou instrumento? In: ÁVILA, M. B.; PORTELLA, A. P.; FERREIRA, V. (Org.). **Novas legalidades e democratização da vida social: família, sexualidade e aborto**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p.269-280.

ÁVILA, M. B. Liberdade e legalidade: uma relação dialética. In: ÁVILA, M. B.; PORTELLA, A. P.; FERREIRA, V. (Org.). **Novas legalidades e democratização da vida social: família, sexualidade e aborto**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p.17-27.

BARSTED, L. L. Novas legalidades e novos sujeitos de direitos. In: ÁVILA, M. B.; PORTELLA, A. P.; FERREIRA, V. (Org.). **Novas legalidades e democratização da vida social: família, sexualidade e aborto**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p.29-38.

BATISTA, C., MAIA, M. (Org.). **Estado laico e liberdades democráticas**. Recife: SOS Corpo, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **20 anos de pesquisa sobre aborto no Brasil**. Brasília, 2009. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

CORREA, S., VIANNA, A. Teoria e práxis em gênero e sexualidade: trânsitos, avanços, dramas e pontos cegos. In: BONETTI, A.; FLEISCHET, S. (Org.). **Dossiê: entre pesquisar e militar; contribuições e limites dos trânsitos entre pesquisa e militância feministas**. Brasília: Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 2007. p.5-21.

COUTO, M. T. Gênero e comportamento reprodutivo no contexto das famílias em pluralismo religioso. In: HEILBORN, M. L. et al. (Org.). **Sexualidade, família e ethos religioso**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p.207-246.

DINIZ, D.; MEDEIROS, M. O aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. **Ciência saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.15, supl.1, p.959-966, jun. 2010.

DINIZ, D.; BUGLIONE, S.; RIOS, R. R. (Org.) **Entre a dúvida e o dogma: liberdade de cátedra e universidades confessionais**. Brasília: LetrasLivres; Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

DINIZ, D.; CORRÊA, M. **Aborto e saúde pública: 20 anos de pesquisa no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: <portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/aborto_e_saude_publica_vs_preliminar.pdf>. Acesso em: 01 maio 2010.

DUARTE, L. F. D. Família, reprodução e ethos religioso. In: DUARTE, L. F. D. et al. (Org.). **Família e religião**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2006. p.15-50.

_____. Ethos privado e justificação religiosa: negociações da reprodução na sociedade brasileira. In: HEILBORN, M. L. et al. (Org.). **Sexualidade, família e ethos religioso**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p.137-176.

FAÚNDES, A.; BARZELATTO, J. Valores religiosos. In: _____. **O drama do aborto: em busca de um consenso**. Campinas: Komedi, 2004. p.129-161.

FAÚNDES, A et al. O papel da religiosidade na perspectiva e no agir de médicos ginecologistas em relação ao aborto previsto por lei, à anticoncepção de emergência e ao DIU. **Revista Saúde Sexual e Reprodutiva da AADS | Ipas Brasil**, Rio de Janeiro, n.22, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.ipas.org.br/revista/mar06.html>>. Acesso em: 01 maio de 2010.

FERNANDES, R. C. et al. (Org.). **Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política**. Rio de Janeiro: Iser, 1998.

GIUMBELLI, E. (Org.) **Religião e sexualidade: convicções e responsabilidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

HEILBORN, M. L. et al. (Org.). **Sexualidade, família e ethos religioso**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

HERRERA, S. R. Os estudos de religião no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.20, n.1, p.109-28, 1999.

KALSING, V. S. S. O debate do aborto: a votação legal no Rio Grande do Sul. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.19, p.279-314, 2002.

LAUDANO, C. Direitos reprodutivos e aborto na mídia. In: OLIVEIRA, M. C.; ROCHA, M. I. B. (Org.). **Saúde reprodutiva na esfera pública e política na América Latina**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001. p.209-236.

LOREA, R. A. **Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

MARIZ, C. A opinião dos evangélicos sobre o aborto. In: FERNANDES, R. C. et al. (Org.). **Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política**. Rio de Janeiro: Iser, 1998. p.211-223.

MACHADO, M. D. C. O tema do aborto na mídia pentecostal: notas de uma pesquisa. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.8, n.1, p.200-211, 2000.

_____. Identidade religiosa e moralidade sexual entre católicos e evangélicos. In: COSTA, A. O. (Org.). **Direitos tardios**: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina. São Paulo: Prodir, 1997a. p.173-195.

_____. Mulheres: da prédica pentecostal ao debate sobre sexualidade, aborto e planejamento familiar. In: SCHPUN, M. R. (Org.). **Gênero sem fronteiras**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1997b. p.169-203.

_____. **Carismáticos e pentecostais**: adesão religiosa na esfera familiar. Campinas: Autores Associados; São Paulo: ANPOCS, 1996.

MELO, J. Aborto na imprensa brasileira. In: OLIVEIRA, M. C., ROCHA, M. I. B. (Org.). **Saúde reprodutiva na esfera pública e política na América Latina**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001. p.263-277.

MENEZES, G.; AQUINO, E. Pesquisa sobre o aborto no Brasil: avanços e desafios para o campo da saúde coletiva. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.25, supl.2, 2009.

MURARO, R. M. El aborto y la fé religiosa em América Latina. In: PORTUGAL, A. M. (Ed.) **Mujeres e Iglesia**: sexualidad y aborto em América Latina. México, D. F.: Fontamara, 1989. p.81-94.

OLIVEIRA, M. C., ROCHA, Maria. I. B. (Org.) **Saúde reprodutiva na esfera pública e política na América Latina**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.

PORTELLA, A. P. Produção de conhecimento sobre aborto: questões para o debate. In: ÁVILA, M. B.; PORTELLA, A. P.; FERREIRA, V. (Org.). **Novas legalidades e democratização da vida social**: família, sexualidade e aborto. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p.281-287.

RAMÍREZ-GÁLVEZ, M. C. Preeminências femininas e ausências masculinas no aborto voluntário. In: ÁVILA, M. B.; PORTELLA, A. P.; FERREIRA, V. (Org.). **Novas legalidades e democratização da vida social**: família, sexualidade e aborto. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p.241-251.

RIBEIRO, L. **Sexualidade e reprodução**: o que os padres dizem e deixam de dizer. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Anticoncepção e Comunidades Eclesiais de Base. In: COSTA, A. O.; AMADO, T. (Org.). **Alternativas escassas**: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1994. p.143-173.

RIBEIRO, L., LUÇAN, S. **Entre (in) certezas e contradições:** práticas reprodutivas entre mulheres das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. Rio de Janeiro: Iser, 1997.

ROCHA, C. L. R. **Teólogas brasileiras e os direitos reprodutivos.** 1997. 221 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

ROCHA, M. I. B. A questão do aborto no Brasil: um estudo sobre o debate no Congresso. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v.4, n.2, p.381-98, 1996.

ROCHA, M. I. B., ANDALAF NETO, J. A questão do aborto: aspectos clínicos, legislativos e políticos. In: BERQUÓ, E. (Org.). **Sexo & vida:** panorama da saúde reprodutiva no Brasil. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003. p.257-294.

ROSADO-NUNES, M. J. F. De mulheres, sexo e igreja: uma pesquisa e muitas interrogações. In: COSTA, A., AMADO, T. (Org.) **Alternativas escassas:** saúde, sexualidade e reprodução na América Latina. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1994. p.174-200.

ROSADO-NUNES, M. J. F., JURKEWICZ, R. S. Aborto: un tema en discusión en la Iglesia Católica; el surgimento de las “Católicas por el derecho de decidir”. In: SCAVONE, L. (Org.). **Género y salud reproductiva en América Latina.** San José de Costa Rica: LUR, 1999. p.257-304.

SANTIN, M. A. **Aborto legal:** Igreja Católica e o Congresso Nacional. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2000.

_____. **Sexualidade e reprodução:** da natureza aos direitos; a incidência da Igreja Católica na tramitação do Projeto de Lei 20/91 – aborto legal e Projeto de Lei 1151/95 – união civil entre pessoas do mesmo sexo. 2005. 408 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SCAVONE, L. **Dar a vida e cuidar da vida:** feminismo e Ciências Sociais. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SCHIENBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: EDUSC, 2001.

SEGRS, M. C. Feminism, liberalism, and catholicism. In: CURRAN, C. E.; FARLEY, M. A.; McCORMICK, R. S. J. **Feminist ethics and the Catholic moral tradition.** New York: Paulist Press, 1996. (Readings in Moral Theology, 9).

SILVA, C. B. et al. A prática do aborto sob falas autorizadas: seus usos e abusos na mídia impressa brasileira. In: PEDRO, J. M. (Org.). **Práticas proibidas**: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p.189-218.

TERRAGNI, L. A pesquisa de gênero. In: MELUCCI, A. **Por uma sociologia reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005. p.141-163.

VAGGIONE, J. M. Los roles políticos de la religión: género y sexualidad más allá del secularismo. In: VASSALLO, M. et al. **En nombre de la vida**. Córdoba: Católicas por el Derecho a Decidir, 2005.

VAILATI, L. L. **A morte menina**: práticas e representações da morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo). 2005. 261 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

VERARDO, M. T. **Aborto**: um direito ou um crime. São Paulo: Moderna, 1987.

Recebido em: 01/08/2011

Aprovado em: 03/09/2011

